

Propostas de alteração da regulamentação da lei da caça apresentadas nas próximas três semanas, anuncia Governo

25 de Janeiro, 2021

O Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna reuniu na passada sexta-feira com a presença de representantes do setor da caça, da agricultura e das associações de defesa do ambiente e da conservação natureza, registando-se o “consenso generalizado” sobre a necessidade de “aprovar alterações à legislação do setor da caça”, lê-se numa nota do Governo.

Decidiu o Conselho que, no prazo de três semanas, os representantes dos vários setores farão chegar as suas propostas de alteração à legislação em vigor, tendo como princípio norteador a sustentabilidade e racionalidade na gestão dos recursos cinegéticos. Findo esse prazo, comprometeu-se o Ministério do Ambiente e da Ação Climática a apresentar propostas para alterar a regulamentação da Lei da Caça, tendo ficado agendada uma nova reunião do Conselho para daqui a dois meses, refere a mesma nota.

Na reunião, o Governo defendeu a necessidade de realização de censos regulares das espécies selvagens (incluindo as cinegéticas mais significativas), da comunicação prévia das montarias, da regulamentação ou proibição dos cercões e da obrigatoriedade de todas as zonas de caça disporem de um responsável técnico que responda pela sua gestão. É ainda entendimento do Ministério do Ambiente e da Ação Climática que práticas anacrónicas de caça devem ser suprimidas no novo quadro regulatório do setor.

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática esteve representado pelo ministro do Ambiente e da Ação Climática, pelo secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território e pelo presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.